



MINISTÉRIO PÚBLICO DE SERGIPE  
**CORREGEDORIA GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO**

RELATÓRIO DE CORREIÇÃO ORDINÁRIA Nº 13/2022

DATA DA CORREIÇÃO ORDINÁRIA: **03/05/2022**

CENTRO DE APOIO OPERACIONAL: **Direitos Humanos**

PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA DIRETOR(A): **Dr. Luís Cláudio Almeida Santos**

**1) DADOS PESSOAIS E FUNCIONAIS**

|   |  |
|---|--|
| 1.1 Data do ingresso na carreira  | 12/03/1991   |
| 1.2 Data de designação no Centro de Apoio/unidade   | 27/08/2021   |
| 1.3 Atribuições   | Descritas na Resolução nº 06/2021  |
| 1.4 Exerce atribuições como Promotor Eleitoral  | Sim ( )<br>Não (x)   |
| 1.5 Designado(a) para cumular suas atribuições em outra unidade do MP, nos últimos seis meses | Sim (x )<br>Não ( )<br>Em que unidade? <b>Titular da 1ª Promotoria de Justiça das Execuções Criminais de Aracaju</b><br>Qual o período/dias da semana? _____   |
| 1.6 Recebeu colaboração de membro ou de órgão de execução nos últimos seis meses              | Sim ( ) Qual? _____<br>Não (x )  |
| 1.7 Reside na Unidade de lotação  | Sim (x )<br>Não ( )  |
| 1.8 Endereço Residencial  | <b>Rua Francisco Gumersindo Bessa, 137, Grageru. Aracaju/SE. CEP 49025-200</b>   |
| 1.9 Autorizado(a) a residir fora da Comarca   | Sim ( ) Portaria de Autorização nº: _____ Data: _____<br>Não (x )  |
| 1.10 Exerce o Magistério  | Sim ( )<br>Dados do Estabelecimento e carga horária: <b>Instituição Aliança Francesa de Aracaju, que fica localizada à Rua Pacatuba, nº 288, Centro, CEP: 49010-150, Aracaju/SE, ministrando aulas aos sábados, das 08:30h às 12:00h.</b><br>Não ( ) |
| 1.11 Férias/Licenças/Afastamentos no último ano   | Período de férias do último ano: <b>Setembro/2021</b><br>Período de outros afastamentos do último ano: _____   |

**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE**

Av. Conselheiro Carlos Alberto Sampaio, nº 505 – Bairro Capucho Edifício Governador Luiz Garcia  
Centro Administrativo Gov. Augusto Franco  
Tel.: 79-3209-2400 – Aracaju/Sergipe – CEP: 49081-000



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE SERGIPE**  
**CORREGEDORIA GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO**

**1.12 Observações Gerais**

As férias foram devidamente comunicadas à Corregedoria Geral, conforme disposto no art. 104 da Lei Complementar nº 02/90.

**2) DADOS DO CAOP/UNIDADE**

|   |  |
|---|--|
| <b>2.1 Servidores</b>   | Nome: <b>Leilaine Souza Santana Machado</b><br>Cargo: <b>Técnico do MPSE</b><br><br>Nome: <b>Francisco Modesto dos Passos Neto</b><br>Cargo: <b>Analista do MPSE</b><br><br>Nome: <b>Renata</b><br>Cargo: <b>Analista do MPSE</b>  |
| <b>2.2 A estrutura de apoio é</b>   | ( <input checked="" type="checkbox"/> ) Satisfatória<br>( <input type="checkbox"/> ) Insuficiente<br>Observações:  |
| <b>2.3 O atendimento interno aos membros é realizado por intermédio de quais meios?</b>   | ( <input checked="" type="checkbox"/> ) presencial<br>( <input checked="" type="checkbox"/> ) telefone<br>( <input checked="" type="checkbox"/> ) e-mail institucional   |
| <b>2.4 O CAOP realiza atendimento ao público externo (partes/advogados/comunidade)?</b>   | ( <input checked="" type="checkbox"/> ) Sim<br>( <input type="checkbox"/> ) Não  |
| <b>2.5 Os Servidores estão aptos a operar os Sistemas do MP/SE e CNMP</b>   | Arquimedes: Sim ( <input type="checkbox"/> ) Não ( <input type="checkbox"/> )<br>Proej: Sim ( <input type="checkbox"/> ) Não ( <input type="checkbox"/> )<br>CITT: Sim ( <input type="checkbox"/> ) Não ( <input type="checkbox"/> )<br>IDEPOL: Sim ( <input type="checkbox"/> ) Não ( <input type="checkbox"/> )<br>MP-Mobile: Sim ( <input type="checkbox"/> ) Não ( <input type="checkbox"/> )<br>Disque-100: Sim ( <input type="checkbox"/> ) Não ( <input type="checkbox"/> )<br>Unidades de Acolhimento: Sim ( <input type="checkbox"/> ) Não ( <input type="checkbox"/> )<br>Unidades Socioeducativas : Sim ( <input type="checkbox"/> ) Não ( <input type="checkbox"/> )<br>Delegacias de Polícia: Sim ( <input type="checkbox"/> ) Não ( <input type="checkbox"/> )<br><br>( <input checked="" type="checkbox"/> ) Sem atribuição |
| <b>2.6 A unidade, em sua atuação, observa as nomenclaturas e terminologias presentes nas tabelas taxonômicas do CNMP</b>  | ( <input type="checkbox"/> ) Sim ( <input type="checkbox"/> ) Não ( <input checked="" type="checkbox"/> ) Sem atribuição   |
| <b>2.7 A unidade, em sua atuação, está cumprindo a sentença proferida pela Corte Interamericana de Direitos Humanos, no caso “Favela Nova Brasília”<sup>1</sup></b> | ( <input type="checkbox"/> ) Sim ( <input type="checkbox"/> ) Não ( <input checked="" type="checkbox"/> ) Sem atribuição   |

<sup>1</sup> Abster-se de utilizar os termos “oposição ou resistência à ação policial” e usar a expressão “lesão corporal ou homicídio decorrente de intervenção policial”.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE SERGIPE**  
**CORREGEDORIA GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO**

A Corregedoria Geral orienta que, na eventualidade do Centro de Apoio realizar atendimento ao público externo (partes/advogados/comunidade), registre este atendimento em arquivo próprio (livro de atendimento/pasta/arquivo virtual).

**3) ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NO EXERCÍCIO DAS ATRIBUIÇÕES DO CAOp – art. 17 da Resolução nº 007/2011-CPJ (Descrição detalhada das atividades, objetivos estabelecidos, etapas de desenvolvimento e resultados alcançados)**

O Promotor de Justiça prestou as seguintes informações:

Webinário, reuniões, elaboração de informação técnico-jurídica, elaboração de recomendação.

Iniciativas para 2022 – Realização de Pesquisa Institucional de Diversidade e Inclusão  
Campanha preventiva de combate à violência política a candidatas mulheres, negras, trans e população LGBTQIA+ no Estado de Sergipe  
Campanha preventiva de combate à violência contra idosos  
Atuar na implementação e na fiscalização adequada da Política Nacional para Inclusão Social da População em Situação de Rua

Ademais, na reunião de Correição foi apresentado pelo Diretor do CAOp dos Direitos Humanos o resumo de atividades desenvolvidas em 2021 e 2022 pela unidade ministerial:

**2021**

**Pesquisas:**

Orientação doutrinária e jurisprudencial dominante quanto a celebração de ANPP – Acordo de não Persecução Penal em casos de injúria racial, em especial nos casos envolvendo vítimas transexuais.

Orientação doutrinária e jurisprudencial dominante quanto a responsabilidade da DESO ou dos consumidores, usuários dos serviços, na colocação e manutenção das instalações prediais de água, em especial caixa de proteção de hidrômetros.

**Intercâmbio com outros Ministérios Públicos Estaduais:**

Ministério Público do Paraná – solicitou informações se houve, de fato, alguma situação envolvendo transferência patrimonial à SSVP – Sociedade de São Vicente de Paulo nos demais estados, bem como se os respectivos MPEs atuaram, eventualmente, em alguma circunstância envolvendo esta temática, a fim de que, com base também nesse levantamento nacional, possa-se realizar uma análise mais ampla dos impactos dessa normativa.

Ministério Público do Estado do Tocantins – consulta sobre a responsabilidade pela realização de vistoria em instalações de água no interior de imóvel de usuários, a fim de verificar vazamentos visíveis ou ocultos, informando se o serviço é prestado diretamente pela concessionária (como parte do serviço público) ou por empresa conveniada ou credenciada pela agência reguladora ou, até mesmo, por terceiros à escolha do consumidor.

**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE**

Av. Conselheiro Carlos Alberto Sampaio, nº 505 – Bairro Capucho Edifício Governador Luiz Garcia  
Centro Administrativo Gov. Augusto Franco  
Tel.: 79-3209-2400 – Aracaju/Sergipe – CEP: 49081-000



## MINISTÉRIO PÚBLICO DE SERGIPE CORREGEDORIA GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Ministério Público do Estado de Goiás – consulta sobre a atuação, no âmbito de seus respectivos Ministérios Públicos, em relação aos migrantes provenientes da Venezuela, bem como de outras nacionalidades, e em especial aos migrantes indígenas, como por exemplo da tribo venezuelana Warao.

### **Exposição “Minha cidade, meu amor!”**

O Ministério Público de Sergipe, através do Centro de Apoio Operacional de Defesa dos Direitos Humanos, o Instituto Iluminar e demais parceiros promoveram uma exposição fotográfica em alusão ao 166º Aniversário de Aracaju, comemorado dia 17, e ao Dia Internacional da Síndrome de Down, celebrado no dia 21 de março. A exposição estava prevista para acontecer no Shopping Riomar, mas diante das medidas restritivas e do cenário da pandemia, ela ocorreu na modalidade virtual no site do MPSE.

### **Webinário "Inclusão das pessoas com Síndrome de Down"**

O Ministério Público de Sergipe, por meio da Escola Superior (ESMP) e do Centro de Apoio Operacional (CAOp) dos Direitos Humanos, promoveu o Webinário “Inclusão das pessoas com Síndrome de Down”, em alusão ao Dia Internacional da Síndrome de Down, celebrado 21 de março.

O Webinário contou com palestras da Promotora de Justiça da 7ª Promotoria de Justiça Distrital de Aracaju, Ana Galgane Paes, e da Procuradora do Estado de Sergipe, Rita de Cássia Matheus dos Santos Silva, que também é Professora de Direito Constitucional e Diretora de Relações Públicas da Associação Sergipana dos Cidadãos com Síndrome de Down (Cidown). Entre os assuntos abordados, as palestrantes falaram sobre acessibilidade, inclusão x integração, barreiras e direitos das pessoas com deficiência.

### **Webinário Defesa dos Direitos LGBTQIA+ e o Combate à LGBTFobia**

O Ministério Público de Sergipe, por meio da Escola Superior, da Comissão de Promoção dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais/Transgêneros, Queer, Intersexo, Assexuais e + e do Centro de Apoio Operacional de Defesa dos Direitos Humanos, realizou no dia 24 de maio, pelo canal do MPSE no YouTube, o Webinário “Defesa dos Direitos LGBTQIA+ e o Combate à LGBTFobia”.

O evento, alusivo ao Dia Internacional contra a Homofobia (17 de maio), abordou a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF) e as decisões da Corte Interamericana de Direitos Humanos sobre Direitos da Minoria LGBT.

### **Roda de Conversa**

Debate reflexivo e a troca de experiências sobre direitos humanos, com a participação do Diretor de Direitos Humanos da Assistência Social, do Presidente da Comissão de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional Sergipe.

### **Webinário “Precisamos falar sobre Direitos Humanos”**

O Ministério Público de Sergipe, por meio da Escola Superior (ESMP) e do Centro de Apoio Operacional de Defesa dos Direitos Humanos, realizou no dia 24 de setembro, pelo canal do MPSE no YouTube, o Webinário “Precisamos falar sobre Direitos Humanos”. O evento expôs um panorama da problemática dos direitos humanos nos planos internacional e nacional, com enfoque nas vítimas da criminalidade.

O Webinário contou com a palestra do Promotor de Justiça e Diretor do CAOp de Defesa dos Direitos Humanos, Luís Cláudio Almeida Santos. O palestrante é Doutor em Sociologia e Mestre em Sociologia pela Universidade Federal de Sergipe (UFS) e Mestre em Direito pela Universidade Gama Filho.

### **Alimentação do Sistema de Aviso Legal por Violência, Maus Tratos ou Exploração contra a Pessoa Idosa – SALVE IDOSO**

#### **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE**

Av. Conselheiro Carlos Alberto Sampaio, nº 505 – Bairro Capucho Edifício Governador Luiz Garcia  
Centro Administrativo Gov. Augusto Franco  
Tel.: 79-3209-2400 – Aracaju/Sergipe – CEP: 49081-000



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE SERGIPE**  
**CORREGEDORIA GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO**

O Sistema de Aviso Legal por Violência, Maus Tratos ou Exploração contra a Pessoa Idosa – SALVE IDOSO foi implementado em 2013.

O Sistema Salve Idoso estabelece um mecanismo informatizado para cadastramento e gerenciamento das informações relativas às demandas envolvendo idosos. Proporciona um controle mais apurado das ocorrências de violência contra os idosos, bem como a geração de relatórios e estatísticas, bem como um controle dos inquéritos policiais instaurados e dos procedimentos policiais arquivados.

**Campanhas nas Redes Sociais**

No período objeto deste Relatório, o MPSE, através do Centro de Apoio Operacional dos Direitos Humanos e Comissão de Direitos LGBTQIA+, realizou campanhas nas redes sociais, objetivando promover visibilidade à problemáticas relacionadas aos temas, com destaque para as seguintes:

- 29/01 - Dia da Visibilidade Trans
- 17/05 - Dia Internacional contra a Homofobia
- 21/03 - Dia Internacional da Síndrome de Down
- 15/06 - Dia Mundial de Conscientização da Violência contra a Pessoa Idosa
- 28/06 - Dia Internacional do Orgulho LGBTQIA+
- 30/07 - Dia Mundial contra o Tráfico de Pessoas
- 21/09 - Dia Nacional de Luta da Pessoa com Deficiência
- 29/08 - Dia da Visibilidade Lésbica
- 01/10 - Dia Internacional da Pessoa Idosa
- 02/10 - Dia Internacional da Não Violência
- 11/10 - Dia Nacional do Deficiente Físico
- 03/12 - Dia Internacional da Pessoa com Deficiência 10/12 - Declaração Universal dos Direitos Humanos

**2022**

**Campanhas nas Redes Sociais**

Alimentação do Sistema de Aviso Legal por Violência, Maus Tratos ou Exploração contra a Pessoa Idosa – SALVE IDOSO

Exposição “Aracaju 167 Anos – Meu Lugar Favorito!”

Exposição fotográfica, no Shopping Riomar, no período de 17 a 31 de março, promovida pelo Instituto Iluminar e a Galera do Click, em alusão ao 167º Aniversário de Aracaju, comemorado dia 17, e ao Dia Internacional da Síndrome de Down, celebrado no dia 21 desse mês.

Webinário “A audiodescrição: recurso para acessibilidade das Pessoas Print – Disabled”.

Data: 04 de abril

Objetivo: abordar os recursos de acessibilidade para pessoas com problemas de visão e ensinar ao público a tornar fotos mais acessíveis.

Palestrantes: - Professora e Mestra em Educação pela Universidade Federal de Sergipe (UFS) Margarida Maria Teles: Pós-Graduada em Arte e Educação pela Escola de Belas Artes da Bahia (EBA/UFBA), Pós-Graduada em Psicomotricidade (UFS) e em Atendimento Educacional Especializado (AEE) pela Universidade Federal do Ceará, a palestrante possui Curso Adicional de Formação de Professores para Ensino de Pessoas Surdas, pelo Instituto Nacional de Educação de Surdos. Além disso, é Graduada em Pedagogia pela Associação de Ensino e Cultura Pio Décimo, foi Diretora de Departamento de Educação Básica, e Coordenou o Centro de Apoio Pedagógico para Deficientes Visuais (período 2003-2008).

**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE**

Av. Conselheiro Carlos Alberto Sampaio, nº 505 – Bairro Capucho Edifício Governador Luiz Garcia  
Centro Administrativo Gov. Augusto Franco  
Tel.: 79-3209-2400 – Aracaju/Sergipe – CEP: 49081-000



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE SERGIPE**  
**CORREGEDORIA GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO**

- Professora, Pedagoga e Áudio-Descriitora, Patrícia Matos Souza Nunes: Licenciada em Educação Física e Mestre em Educação pela Universidade Federal de Sergipe, é especialista em Atendimento Educacional Especializado pela Universidade Federal do Ceará, em Educação Inclusiva e Didática e Metodologia do Ensino Superior pela Faculdade Atlântico.

**Informação técnico-jurídica:**

Minuta - Curatela possibilidade de uma instituição assumir o papel de curador de uma pessoa física incapaz, na ausência de parente vivo ou apto.

**Recomendação:**

Minuta – Acessibilidade e licitação de transporte público Aracaju encaminhada para as Promotorias de Justiça com atribuição na matéria

**Iniciativas:**

Reunião com o Setor de Planejamento: 03 de março

**Iniciativa: “Pesquisa Institucional de Diversidade e Inclusão”**

Elaboração do TDA (Termo de definição de Ação)

Reunião: 07 de abril

Ofícios Expedidos: Ofício nº 18/2022 (PGJ - execução e aprovação do questionário)

Elaboração do TDA (Termo de definição de Ação)

**Iniciativa: Campanha institucional, com cards, vídeos, podcasts e entrevistas em rádio e TV, como forma de prevenção e combate à violência política a candidatas mulheres, negras, trans e população LGBTQIA+ no Estado de Sergipe**

Elaboração do TDA (Termo de definição de Ação)

Reunião: 11 de abril

25 de abril

Ofícios Expedidos: Ofício nº 04/2022 ( COAPE – Relação dos Promotores de Justiça com desempenho de função eleitoral no MPSE)

Ofício nº 09/2022 (informações atualizadas)

**Iniciativa: “Campanhas preventivas de combate à violência contra idosos”**

Ofícios Expedidos: Ofícios nº 14/2022 e nº 15/2022 (4ª PJ e 11ª PJ – Consulta sobre atuação ministerial - Promotoria de Justiça atuou, eventualmente, em alguma circunstância judicial ou extrajudicial envolvendo esta temática (violência contra idosos nas Instituições de Longa Permanência para Idosos).

**Iniciativa: “Atuar na implementação e na fiscalização adequada da Política Nacional para Inclusão Social da População em Situação de Rua”**

**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE**

Av. Conselheiro Carlos Alberto Sampaio, nº 505 – Bairro Capucho Edifício Governador Luiz Garcia  
Centro Administrativo Gov. Augusto Franco  
Tel.: 79-3209-2400 – Aracaju/Sergipe – CEP: 49081-000



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE SERGIPE**  
**CORREGEDORIA GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO**

Ofícios Expedidos: Ofício nº 05/2022 (Solicitação de suporte da área de design na elaboração de cartilha)

Elaboração de minuta da cartilha

Seleção material de apoio para atuação do MPSE

**Intercâmbio com outros Ministérios Públicos Estaduais:**

Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul – atendimento a solicitação encaminhada pela Coordenadora do Núcleo da Cidadania sobre o posicionamento do MP/SE em hipóteses onde as concessionárias de energia elétrica formalizam protestos por fatura em atraso, em razão do não pagamento após o vencimento das contas de serviço, informamos que não há registro na Promotoria de Defesa do Consumidor de Aracaju.

Ministério Público de Tocantins – resposta aos questionamentos encaminhados pelo Centro de Apoio Operacional do Consumidor, da Cidadania, dos Direitos Humanos e da Mulher sobre relação de cooperação entre o MPSE e o PROCON.

**3.1 O Centro de Apoio mantém arquivo atualizado das portarias instauradoras de inquéritos civis e procedimentos administrativos e petições iniciais das ações cíveis públicas, baixadas ou ajuizadas pelos órgãos de execução (art. 17, inciso XV)?**

( ) Sim

( x ) Não. Justificativa: Sem atribuição

**3.2 Anexar cópia do último Relatório de atividades encaminhado ao Coordenador-Geral do Ministério Público (art. 17, inciso XVI);**

O Promotor de Justiça apresentou o ofício nº 113/2021 encaminhado ao Coordenador-Geral do Ministério Público com o relatório anual das atividades do CAOp dos Direitos Humanos (anexo 01).

**3.3 Anexar cópia de 05 atas/registros de reuniões e encontros com líderes comunitários, autoridades e outros segmentos da sociedade(art. 17, inciso XVII).**

Não foram prestadas informações pelo Promotor de Justiça.

**4) ELOGIOS, PRÊMIOS, CURSOS E CONGRESSOS**

Não foram prestadas informações pelo Promotor de Justiça.

**5) PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO**

|   |         |
|---|---------|
| 4.1) Desenvolve ou apoia algum projeto ou programa de interesse social para a Comunidade? | ( ) Sim |
|   | ( ) Não |
| 4.2) Se desenvolver algum projeto ou programa de interesse social, citar qual(quais):     |         |
| Não foram prestadas informações pelo Promotor de Justiça.                                 |         |
| 4.3) Observações gerais/Justificativa   |         |
|   |         |



MINISTÉRIO PÚBLICO DE SERGIPE  
**CORREGEDORIA GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO**

## 6) ATUAÇÃO COMO MEMBRO DESIGNADO

| Procedimentos em que o(a) Promotor(a) correicionado(a) atua(ou) como membro designado | Situação do Procedimento (encerrado ou em andamento) |
|---|--|
| --  | --   |

## 7) AVALIAÇÃO QUALITATIVA DA ATUAÇÃO FUNCIONAL

| Descrever e especificar as atividades desenvolvidas, inclusive em outros órgãos onde atua/atuou. | Descrição da atividade desenvolvida  |
|--|--|
| <b>7.1 Exercício da função pedagógica da cidadania<sup>2</sup></b>                               | ( X ) Sim ( ) Não<br><b>Sim – Palestras em instituições de ensino e instituições ligadas ao sistema prisional.</b>   |
| <b>7.2 Realização periódica de audiências públicas<sup>3</sup></b>                               | ( X ) Sim ( ) Não<br><b>Sim, inclusive com a participação do CAOP saúde.</b>   |
| <b>7.3 Combater as causas que geram desigualdades<sup>4</sup></b>                                | ( X ) Sim ( ) Não<br><b>Sim, através do empenho em favor da implementação da proposta de política pública de (re)inserção dos presos.</b>  |
| <b>7.4 Incentivo ao controle de constitucionalidade<sup>5</sup></b>                              | ( ) Sim ( ) Não<br><b>Atuação extrajudicial e judicial em parceria com CAOP Saúde e Promotoria da Saúde, e também com a 4ª Promotoria de Direitos do Cidadão especializada na defesa do acidentado do trabalho, idoso, pessoa com deficiência e direitos Humanos em geral, através da realização de reuniões extrajudiciais com os atores principais envolvidos.<br/>Participação em eventos públicos sobre direitos fundamentais da população carcerária transgênera.<br/>Tentativas extrajudiciais junto à SEJUC e SES, visando a adequação do HCTP aos direitos fundamentais das pessoas privadas de liberdade portadoras de transtorno mental.</b> |

<sup>2</sup> Realização de palestras em escolas, associações, Ong's, clubes, etc.

<sup>3</sup> Espaço dialógico da Democracia. Ouvir a comunidade, colher propostas e prestar contas de seu trabalho.

<sup>4</sup> Exercício da função extrajudicial de modo interdisciplinar, ou seja, dialogando com os demais ramos do conhecimento científico e se utiliza, em procedimentos judiciais e extrajudiciais, indicadores sociais como prova.

<sup>5</sup> Uso de recomendação dirigida ao Poder Executivo e ao Poder Legislativo, com o objetivo de provocar o controle preventivo de constitucionalidade e de representação dirigida ao Procurador-Geral de Justiça ou ao Procurador-Geral da República, com o intuito de promover o controle concentrado de constitucionalidade.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE SERGIPE**  
**CORREGEDORIA GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO**

|   |                      |   |
|---|----------------------|---|
| 7.5 Fiscalização do cumprimento das sentenças de procedência proferidas em ações promovidas pelo MP     | ( X ) Sim ( )<br>Não | As Ações civis públicas nossas foram julgadas procedentes (nº 201311801842 referente ao HCTP e a nº 201511200414 referente à realização de Concurso para agente penitenciário), estando pendentes de recurso, não tendo transitado em julgado até o presente momento. |
| 7.6 Incentivar o cumprimento da Resolução 118 do CNMP: priorização da resolução consensual das demandas | ( X ) Sim ( )<br>Não | Sim, inclusive as promoções de arquivamento nos Procedimentos extrajudiciais têm sido precedidas pela resolução consensual das demandas.  |
| 7.7 Atua ou atuou em casos complexos ou de repercussão social no último ano                             | ( X ) Sim ( )<br>Não | Na questão da população transgênero por meio da ACP nº 201911201905 e em demandas acerca da desinstitucionalização do HCTP.   |

## 8) REGISTRO FOTOGRÁFICO



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE**

Av. Conselheiro Carlos Alberto Sampaio, nº 505 – Bairro Capucho Edifício Governador Luiz Garcia  
Centro Administrativo Gov. Augusto Franco  
Tel.: 79-3209-2400 – Aracaju/Sergipe – CEP: 49081-000



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE SERGIPE**  
**CORREGEDORIA GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO**

## **9) OBSERVAÇÕES GERAIS E DIFICULDADES ENCONTRADAS**

O Promotor de Justiça nada informou.

## **10) CONCLUSÕES DA CORREGEDORIA-GERAL**

Os Centros de Apoio Operacional do Ministério Público de Sergipe foram criados através da Resolução CPJ nº 007/2011, como órgãos auxiliares da atividade funcional do Ministério Público, exercendo atribuições em todo o Estado, sendo coordenados e supervisionados pela Coordenadoria-Geral.

Não é atribuição dos Centros de Apoio Operacional o exercício de atividades de órgão de execução nem de expedição de atos normativos, podendo, todavia, propor, em conjunto com os órgãos locais de execução, por solicitação destes, as medidas cabíveis, cíveis ou criminais, judiciais ou administrativas, principais, acessórias ou cautelares.

Compete, primordialmente, aos CAOP's estimular a integração e intercâmbio entre órgãos de execução que atuem na mesma área e que tenham atribuições comuns, inclusive para efeito de atuação conjunta.

Verificou-se que o Centro de Apoio Operacional dos Direitos Humanos tem atuado de forma proativa, sendo informado pelo Diretor os Projetos, os Programas e as iniciativas realizadas, quais sejam: realização de webinários, campanhas institucionais, a exemplo da *“prevenção e combate à violência política a candidatas mulheres, negras, trans e população LGBTQIA+ no Estado de Sergipe”*, atuação na implementação e na fiscalização adequada da Política Nacional para Inclusão Social da População em Situação de Rua, suporte técnico-jurídico às Promotorias de Justiça e intercâmbio com outros Ministérios Públicos.

### **CONCEITO – Art. 74 – Resolução nº 005/2014 – CPJ**

1. Forma e qualidade de redação das peças processuais analisadas: Não se aplica
2. Desempenho Atividade Judicial: Não se aplica
3. Desempenho Atividade Extrajudicial: Não se aplica
4. Desempenho Utilização dos Sistemas: Não se aplica
5. Avaliação Qualitativa: ÓTIMO – ITEM 6

### **CONCEITO GERAL: ÓTIMO**



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE SERGIPE**  
**CORREGEDORIA GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO**

Por fim, ressalva-se que os trabalhos correccionais verificam a situação da unidade ministerial num determinado momento, e que, mesmo após a Correição, os Promotores de Justiça devem manter os serviços da unidade em dia e organizados.

Pelo exposto, determino o encaminhamento de cópia deste Relatório para conhecimento do Sr. Promotor de Justiça interessado, para, querendo, manifestar-se sobre seu teor, no prazo de 10 (dez) dias e, após, seja levado ao conhecimento do Egrégio Conselho Superior do Ministério Público, nos termos do art. 126 da Lei Complementar Estadual nº 02/90, do art. 5º, § 2º, da Resolução nº. 149 – CNMP, arts. 10, XI e 85 do Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público de Sergipe, e art. 64 do Regimento Interno da Corregedoria Geral.

Como não foram observadas pendências durante a correição, passado o prazo de resposta do Sr. Promotor de Justiça e após apreciação do relatório pelo CSMP, archive-se.

Aracaju/SE, 17 de maio de 2022.

**Eduardo Barreto d'Avila Fontes**  
**Corregedor-Geral do Ministério Público**